

dirigentes e colaboradores da Direção-Geral da Política de Justiça (DGPJ) pela dedicação, profissionalismo e competência sempre demonstrados.

O período de grande exigência vivido por Portugal nos últimos anos impunha uma reforma integrada do Sistema, que, em simultâneo e com coerência, revisse o respetivo enquadramento normativo e garantisse a sua cabal implementação. Também com a inestimável colaboração proativa da DGPJ foi possível terminar, com sucesso, o referido Programa de Ajustamento na área da Justiça, muito tempo antes do referido Programa ter sido encerrado para as outras áreas da respetiva intervenção, para além de outros instrumentos legislativos que reportávamos essenciais.

O trabalho da DGPJ, através dos seus dirigentes e colaboradores, constituiu, sempre, um indispensável apoio, orientado pelo espírito de serviço e pelo interesse público, que tão meritariamente servem.

É, pois, a esta equipa de pessoas altamente competentes, motivadas e que emprestam todo o seu saber a uma única causa — servir melhor os cidadãos para lhes dar um sistema de Justiça mais capaz, mais pronto, mais célere e, sobretudo, mais justo — que está cometida a tarefa de concretizar, no dia-a-dia, a relevante missão DGPJ, cuja ação se estende do acompanhamento da política de justiça, tanto ao nível nacional como no plano internacional, à produção de estatísticas da justiça, à promoção dos meios complementares de justiça e do acesso ao direito.

Graças ao esforço dos seus dirigentes e colaboradores, a DGPJ desempenha, reconhecidamente, um papel determinante e assume uma responsabilidade fulcral de suporte às políticas públicas na área que representa um dos pilares essenciais dos direitos humanos universalmente reconhecidos — a Justiça.

Para a Senhora Diretora-Geral, Prof. Doutora Susana Videira, para a Senhora Dra. Patrícia Ferreira e para o Senhor Dr. Renato Gonçalves, em particular, cujas qualidades considero insuperáveis, vai a minha gratidão.

São-lhes, por isso, devidos público agradecimento e louvor.

28 de outubro de 2015. — A Ministra da Justiça, *Paula Maria von Hafe Teixeira da Cruz*.

209071128

Louvor n.º 931/2015

No momento em que cesso funções como Ministra da Justiça do XIX Governo Constitucional, agracio, com louvor coletivo, os dirigentes e colaboradores do Instituto Nacional de Medicina Legal e Ciências Forenses, I. P. (INMLCF), pela forma exemplar com que ao longo dos últimos quatro anos levaram a cabo as suas tarefas tendo em vista a prossecução da missão que é atribuída ao INMLCF, tanto na vertente de realização das perícias médico-legais, quanto da coordenação científica da atividade no âmbito da medicina legal e das outras ciências forenses, bem como da promoção da formação e da investigação nestes domínios, traduzida em elevados padrões de profissionalismo, competência e dedicação, conducentes a uma resposta expedita e cabal às solicitações das autoridades de administração da justiça, ao prestígio granjeado na coordenação científica da área da medicina legal e ciências forenses e qualidade posta na formação dos profissionais com elas relacionados.

À atual direção, pelos momentos difíceis que percorreu e pela manifesta transparência que imprimiu à Instituição, a minha gratidão.

São-lhe, por isso, devidos público agradecimento e louvor.

28 de outubro de 2015. — A Ministra da Justiça, *Paula Maria von Hafe Teixeira da Cruz*.

209071241

Louvor n.º 932/2015

No momento em que cesso funções como Ministra da Justiça do XIX Governo Constitucional, cumpre-me o grato dever de louvar publicamente os dirigentes e colaboradores do Centro de Estudos Judiciários, pela forma como a Instituição cumpriu a sua missão, quer assegurando a formação inicial e contínua de magistrados judiciais e do Ministério Público para os tribunais judiciais e para os tribunais administrativos e fiscais, quer desenvolvendo atividades formativas, no âmbito de redes e outras organizações internacionais e de protocolos de cooperação estabelecidos com entidades congêneres estrangeiras, em especial, com países de língua portuguesa.

O Centro de Estudos Judiciários, através do esforço dos seus dirigentes e colaboradores, distinguiu-se, nestes últimos quatro anos, pelo elevado profissionalismo, sentido de responsabilidade e absoluta disponibilidade, sendo de evidenciar o trabalho desenvolvido no âmbito de projetos e compromissos internacionais celebrados e assumidos pelo Estado Português, com verdadeiro impacto na vida dos cidadãos, para os quais se pretende uma melhor administração da justiça.

Por estes motivos e pelo muito apreço e consideração que me merecem os serviços prestados pelo Centro de Estudos Judiciários, julgo

de inteira justiça conferir este público louvor, muito elogiando quantos vêm colaborando com este Centro.

Na pessoa de excelência do seu Diretor agradeço o reforço do prestígio de tão importante Instituição.

O que muito me apraz registar com este louvor.

28 de outubro de 2015. — A Ministra da Justiça, *Paula Maria von Hafe Teixeira da Cruz*.

209071096

Louvor n.º 933/2015

No momento em que cesso funções como Ministra da Justiça do XIX Governo Constitucional, louvo os dirigentes e todos os colaboradores do Instituto Nacional da Propriedade Industrial, I. P. (INPI), pela forma competente, dedicada e eficiente com que têm vindo a desempenhar as suas funções no âmbito do Sistema da Propriedade Industrial.

A excelência desse desempenho encontra-se bem patente no funcionamento baseado numa política de qualidade, reconhecida pela ISO9001/2008 existente naquele Organismo, que tem por missão assegurar a atribuição, proteção e promoção dos direitos de propriedade industrial, visando o reforço da capacidade inovadora e competitiva do país, e numa visão, entretanto alcançada, de ser reconhecido, em Portugal e internacionalmente, como modelo de boas práticas, pela excelência do serviço prestado.

Numa área tão exigente como é a da Propriedade Industrial que coloca grandes desafios, distinguem-se os colaboradores do INPI pela forma atenta e discreta com que gerem as prioridades com reconhecido rigor, dinamismo e espírito de missão, tendo vindo a ser capazes de desenvolver, com independência e qualidade, as suas atividades com excecional zelo e um elevado sentido de dever.

Pelo exposto, considero pois de elementar justiça expressar o meu público reconhecimento aos dirigentes e a todos os colaboradores do INPI na concretização da sua missão, a de fazer deste organismo público um organismo de excelência, cujo principal objetivo é servir, com qualidade, os cidadãos e as empresas, em prol da Inovação.

28 de outubro de 2015. — A Ministra da Justiça, *Paula Maria von Hafe Teixeira da Cruz*.

209071322

Louvor n.º 934/2015

No momento em que cesso funções como Ministra da Justiça do XIX Governo Constitucional, agracio, com louvor coletivo, todos os dirigentes e colaboradores da Polícia Judiciária, por terem revelado altos índices de competência, profissionalismo, dedicação, colaboração e empenho de que são credores perante o País.

A Polícia Judiciária, num tempo em que se viveu uma situação económica particularmente difícil para a vida das instituições, apresentou excelentes resultados operacionais que em muito contribuíram para a realização da justiça e para o reforço do prestígio internacional do nosso país. Ao longo dos últimos quatro anos, os funcionários da Polícia Judiciária sempre souberam corresponder com excelência e generosidade, com sacrifício pessoal e familiar, às necessidades do serviço contribuindo decisivamente com a sua ação para uma sociedade mais justa e mais segura. Servindo unicamente o Estado de Direito Democrático, enquanto polícia autónoma e com absoluto respeito pelo primado da Lei, granjearam o respeito unânime da sociedade que servem e são, por isso, merecedores de público louvor.

À sua Direção Nacional, pelo Diretor Nacional e Diretor Nacional Adjunto, a minha gratidão pela forma como imprimiram à Polícia Judiciária o papel fundamental de pilar democrático do Estado de Direito. Os resultados falam por si.

28 de outubro de 2015. — A Ministra da Justiça, *Paula Maria von Hafe Teixeira da Cruz*.

209071088

Louvor n.º 935/2015

Ao cessar funções como Ministra da Justiça do XIX Governo Constitucional cumpre-me o grato dever de louvar dupla e publicamente o Chefe Orlando Pedro Coelho dos Santos, n.º 147261, da Unidade Especial de Polícia do Corpo de Segurança Pessoal, pela forma, empenhada e leal, com que desempenhou as funções de segurança pessoal no meu Gabinete, muito para além do exigível e com sacrifício da sua vida pessoal, o que é seguramente motivo de admiração.

Durante esse período, o Chefe Orlando Pedro Coelho dos Santos cumpriu, com elevado sentido de responsabilidade profissional, dedicação e lealdade as funções que lhe foram atribuídas, adotando, sempre e em todas as circunstâncias, uma conduta exemplar e de profundo empenho pessoal e, há que registar, muito para além do exigível, no exercício das mesmas funções.